



# **GESTÃO ESCOLAR: APRENDENDO ATRAVÉS DE PROJETOS EM CLASSES MULTISSERIADAS**

**Belo Horizonte**

**2013**

**VALDETE ALVES DE PASSOS**

**GESTÃO ESCOLAR: APRENDENDO ATRAVÉS DE PROJETOS  
EM CLASSES MULTISSERIADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação do Professor Alexandre Gomes Soares do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**Belo Horizonte**

**2013**

**VALDETE ALVES DE PASSOS**

**GESTÃO ESCOLAR: APRENDENDO ATRAVÉS DE PROJETOS EM CLASSES  
MULTISSERIADAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para  
obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.**

---

Prof. Alexandre Gomes Soares (orientador) – UFMG

---

Prof. UFMG

Belo Horizonte, Outubro de 2013

## RESUMO

O presente trabalho de análise crítica sobre o tema Gestão Escolar: Aprendendo através de Projetos em Classes Multisseriadas da Escola Municipal São Roque, discute a importância da prática da pedagogia de projetos aliada às características da comunidade escolar num processo dinâmico e global de construção de conhecimentos, Percebendo assim que a prática do trabalho interdisciplinar, presente no desenvolvimento de projetos favorece a qualidade de uma gestão democrática e aprendizagem significativa para os alunos. Sobretudo, a análise crítica enfatiza a necessidade de o educador aperfeiçoar a ação pedagógica oferecendo condições para a formação global do aluno, onde ele torne sujeito ativo no processo ensino e aprendizagem, capaz de agir e intervir criticamente no meio em que vive, visando tomada de decisões seguras e coerentes com a realidade do educando. Pautada no Projeto Político Pedagógico da Instituição e em bases legais sobre a Educação do Campo, em sua introdução e desenvolvimento o leitor encontrará uma análise com base em textos de autores como: Zabala (1988), Veiga (1989), Freire (2011), Hernández et al (1988), Freitas (2002), dentre outros . A referida análise vai de encontro ao Programa Escola Ativa, o qual contempla em sua ação pedagógica o trabalho interdisciplinar através de projetos. Por fim, nesse contexto, sob o prisma de uma Gestão Democrática, com a prática da pedagogia de projetos espera-se uma ressignificação do currículo, o qual deve atender a perspectiva contemporânea da educação. Com o desenvolvimento da pedagogia de projetos na Escola Municipal São Roque nota-se uma motivação maior no desenvolvimento das atividades em sala de aula, como também a satisfação dos alunos e profissionais de ensino no decorrer das ações.

**Palavras-chave:** Pedagogia de projetos, Ação-reflexão, Conhecimento.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO.....  | 06 |
| 1- GESTÃO ESCOLAR: APRENDENDO COM PROJETOS EM CLASSES<br>MULTISSERIADAS..... | 07 |
| 1.2. Metodologia .....   | 11 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 12 |
| REFERÊNCIAS .....  | 13 |
| ANEXO  |    |
| Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque.....               | 15 |

## INTRODUÇÃO

A presente análise teve como ponto de referência o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque, que em sua Estrutura Organizacional Pedagógica destaca o Programa Escola Ativa, o qual oferece atividades relacionadas à convivência com a vida do campo, trabalhando as disciplinas de forma interdisciplinar por meio de projetos, considerando a participação democrática e ativa dos alunos. Surgindo daí a escolha do tema para a análise crítica Gestão Escolar: Aprendendo através de projetos em classes multisseriadas.

O tema escolhido tem por finalidade levar aos professores a reflexão sobre a importância da prática da pedagogia de projetos na escola, onde os mesmos procuram desenvolvê-la de maneira criativa e participativa. A ação educativa valorizada pelo Programa Escola Ativa, que busca a todo o momento a construção de uma aprendizagem significativa retratando a interação social de nossos alunos no processo ensino-aprendizagem, favorecendo assim a qualidade e desempenho da gestão escolar democrática.

Neste contexto a referida análise apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral:

- Analisar a aprendizagem significativa e interdisciplinar dos conteúdos trabalhados, em classes multisseriadas e relação da gestão escolar.

Objetivos Específicos:

- Compreender as ações pedagógicas e de gestão no processo de ensino e aprendizagem nas classes multisseriadas.

Para tanto, o estudo em questão busca respaldo nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo (2002) e textos de autores como: Moura (2012), Zabala (1988), Veiga (1989), Freire (2011), Prado (2005), Josette Jolibert (1994), Hernández et al (1988), LDB (1996), Barbier (1996), Medrado (2012) e Silva (s.d). Tendo o propósito de compartilhar com os leitores a capacidade real de ensinar os alunos das classes multisseriadas; sob a dinâmica de projetos. Somando ao conhecimento adquirido; a diversidade e riqueza dos diferentes níveis de escolaridade atendidos num mesmo espaço escolar, a sala de aula.

## **1- GESTÃO ESCOLAR: APRENDENDO COM PROJETOS EM CLASSES MULTISSERIADAS**

A análise crítica apresentada baseia no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque – que assegura o atendimento as classes multisseriadas na referida Instituição, situada na comunidade São João Setúbal a 16 km da sede do Município de Araçuaí. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo representa um importante marco legal na educação do campo, no qual existe a definição dos princípios, dos procedimentos, do caminho que deve ser percorrido para a construção de uma proposta pedagógica que contemple a realidade dos povos do campo, sem desrespeitar as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação. Na análise da prática da gestão escolar percebe-se os anseios na busca de uma alternativa pedagógica viável para a prática em classes multisseriadas, ou seja, prática que contemple a pedagogia de projetos, por se tratar da construção do conhecimento significativo e envolvimento de todos os alunos em uma ação conjunta de ideias.

Para Moura (2012), o fenômeno das classes multisseriadas caracteriza-se pela junção de alunos de diferentes níveis de aprendizagem (normalmente agrupadas em “séries”) em uma mesma classe, geralmente submetida à responsabilidade de um único professor, tem sido uma realidade muito comum dos espaços rurais brasileiros, notadamente nas regiões Nordeste e Norte.

Neste sentido, Medrado (2012) considera-se que as classes multisseriadas buscam agregar todos os alunos matriculados na unidade escolar independente dos níveis de aprendizagem em uma mesma sala, que por sua vez tem como responsável (na maioria das vezes) um único professor, o qual fica responsável por sua estruturação em serie/ano/ciclo.

Em seu Artigo 2º. Parágrafo único, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002) estabelece que a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede da ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país.

Neste sentido, chamo atenção para uma realidade de níveis de escolaridade diferentes, atendidos numa mesma sala, onde a aprendizagem se torna um desafio a mais para os educadores, que muitas vezes se vêem confusos e inseguros em sua prática pedagógica. Como citado no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque, o Programa Escola Ativa adotado pela Rede Municipal de Ensino em nosso Município veio fortalecer as atividades escolares antes desenvolvidas pelas Escolas do Campo em nossa região, uma vez que tem como essência pedagógica o trabalho interdisciplinar dos conteúdos o que fortalece a prática de projetos em sala de aula. Como o próprio nome diz uma “Escola Ativa” feita de movimentos e interações sociais e Zabala (1998, p.15) em sua conceituação sobre o fazer pedagógico diz que “os efeitos educativos dependem da interação complexa de todos os fatores que inter-relacionam nas situações de ensino: tipo de atividades metodológicas, aspectos materiais da situação, estilo do professor, relações sociais, conteúdos culturais, etc.”.

Os conceitos acima pontuam a importância de uma ação pedagógica bem definida, contendo a clareza de objetivos e fatores que levem a um resultado positivo. Assim, Veiga (1989), afirma que a prática pedagógica apresenta-se como:

Uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social que pressupõem a teoria-prática, e é essencialmente nosso dever como educadores a busca de condições necessárias à realização (VEIGA, 1989, p.16)

Em acordo com Veiga, devemos a todo o momento buscar a reflexão sobre a ação pedagógica exercida na escola e principalmente no atendimento ao ensino multisseriado. Exercer uma gestão democrática que favoreça possibilidades para a produção e construção do conhecimento conforme enfatiza Freire (2011, p.24) “de criar possibilidades para a sua produção e a sua construção”.

Hoje, o sistema de educação busca o aprimoramento das práticas pedagógicas em sala de aula, que por muitas vezes tanto o aluno como o professor eram passivos diante da apresentação de conteúdos e formas de execução dos mesmos. Ficando a desejar a participação ativa dos envolvidos, resultando assim numa aprendizagem sem significado.

Sendo as classes multisseriadas as mais afetadas; por atender aluno de diferentes níveis de ensino. Em contrapartida ao ensino estático e inflexível surge a

pedagogia de projetos que vem nortear as atividades escolares, permitindo um trabalho interdisciplinar, que valoriza a construção do conhecimento e participação coletiva dos alunos diante o estudo e compreensão de um determinado assunto e/ou tema, abordando-o de forma significativa e abrangendo as diversas áreas do conhecimento. Segundo Prado (2005), na pedagogia de projetos, o aluno aprende no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. Nesse mesmo sentido, a pesquisadora francesa Josette Jolibert (1994) salienta que a pedagogia de projetos favorece o envolvimento dos alunos co-autores de sua aprendizagem, possibilitando fazer escolhas, decidir e se comprometer com suas escolhas, assumir responsabilidades, planejar suas ações, ser sujeito de sua aprendizagem.

Hernández, 2000 diz que:

Os projetos de trabalho representam uma maneira de entender o sentido da escolaridade baseado no ensino para a compreensão, o que implica que os alunos participem de um processo de pesquisa que tenha sentido para eles e no qual usem diferentes estratégias de estudo; podem participar no processo de planejamento da própria aprendizagem e ajuda-os a serem flexíveis, a reconhecerem o “outro” e a compreenderem seu próprio ambiente pessoal e cultural. Tal atitude favorece a interpretação da realidade e o antidogmatismo. (HERNÁNDEZ, 2000).

Sendo assim, o mesmo autor considera também que a organização do currículo por projetos de trabalho faz com que os conhecimentos se transformem, ou seja, oportuniza que os programas de conteúdos disciplinares não sejam fixos e elaborados sem levar em consideração o querer do aluno para estudar determinados temas, as suas características socioculturais e a utilidade desses conteúdos em sua vida.

Aqui o aluno se sente autor e construtor de sua aprendizagem. Quando educadores da Escola Municipal São Roque descreve o envolvimento dos alunos ao trabalhar com projetos, percebe-se um resultado positivo. E cientes da abrangência positiva os gestores incluíram tal prática em nossos planejamentos periódicos de acordo o calendário letivo.

E para isso, em acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a gestão democrática é fundamental para o desenvolvimento de novas relações na organização escolar. Constitui-se como um princípio da educação,

principalmente, a partir da LDB, que destaca a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei e da legislação dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996).

Para Freitas (2002):

A educação do campo está diante de um desafio, não mais o desafio de assegurar o direito à educação, (pois os movimentos sociais se encarregaram de “luta” pelo direito de acesso e permanência de homens e mulheres a educação, e esse direito foi garantido pela lei) mas o desafio de fazer com que a “escola abra as portas para o saber do povo do campo, um tipo de saber que historicamente foi negado enquanto saber. Um saber que agora emerge num sinuoso movimento de fora para dentro e que acaba propondo uma nova dinâmica à escola”. (FREITAS, 2002, p.03).

O enunciado acima aborda um contexto de modelo educacional instituído pela prática de ensino urbana dominante por muitos anos, independente do contexto social, cultural e econômico e nos faz refletir sobre as escolas do campo, que estão localizadas no campo, como o próprio nome diz, com características próprias que devem ser inseridas, visando uma interação social positiva na prática de educação desenvolvida.

Como nos adverte Barbier (1996), projetar significa procurar intervir na realidade futura, a partir de determinadas representações sobre problemas do presente e sobre soluções. Por isto, constitui um futuro a construir, algo a concretizar no amanhã, a possibilidade de tornar real uma ideia, transformando-a em ato. Para tanto, considerando-se especificamente o Projeto Político Pedagógico e a prática da pedagogia de projetos em virtude da pluralidade que caracteriza uma comunidade escolar, o envolvimento no processo requer que as pessoas sejam devidamente motivadas e que adquiram uma relação entre finalidade-objetivo-meio, baseada, por sua vez, na relação desejo-limites-valor, mediatizada pela relação entre recurso-limitações-gestão.

De acordo com Silva (s.d) além da compreensão sobre as relações de aproximação entre planejamento, plano e projeto, é importante ressaltar que todo esse processo de organização da ação, expresso em plano ou projetos, pode se desenvolver sob diferentes caminhos, a partir de diferentes olhares. E ainda acrescenta que esses diferentes caminhos e olhares, ao mesmo tempo em que refletem diferentes maneiras de se compreender o processo de organização do trabalho educativo, têm diferentes concepções; traduzem projetos políticos distintos quanto ao lugar e o papel da educação e da gestão escolar.

Nessa direção, Veiga (1966; 1988) nos faz perceber que o Projeto Político Pedagógico deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de

discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina no interior da escola.

## **1.2- Metodologia**

A metodologia utilizada neste trabalho foi a pesquisa documental e bibliográfica. Para a realização da presente análise foi realizada leitura do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque, tendo por base as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002). Também como fundamentação teórica foi utilizado o Projeto base do Programa Escola Ativa (BRASIL, 2010), cujo programa faz parte da estrutura organizacional do referido projeto. Além disso, foram utilizados textos de autores como Moura (2012), Zabala (1988), Veiga (1989), Freire (2011), Prado (2005), Josette Jolibert (1994), Hernández et al (1988), LDB (1996), Barbier (1996), Medrado (2012) e Silva (s.d). Onde os referidos autores reforçam a importância da participação dos alunos nas atividades relacionadas à convivência com a vida do campo, enfatizando o trabalho de forma interdisciplinar por meios de projetos considerando a participação democrática e ativa dos alunos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral, os projetos educativos desenvolvidos pelas escolas envolvem atitudes interdisciplinares, participação ativa e planejamento conjunto entre professores e alunos, fazendo com que todos sejam co-responsáveis pelo desenvolvimento e resultado final do trabalho. O que dá a possibilidade de expor ideias e buscar a participação efetiva na aprendizagem.

O que aponta para a representação do conhecimento escolar baseado na aprendizagem da realidade vivenciada pelo aluno. Realidade em constante transformação, onde se torna fundamental a postura do gestor e /ou professor que entende a educação como prática social transformadora e democrática e que trabalhe a ampliação do conhecimento, vinculando os conteúdos de ensino à realidade, sem perder de vista procedimentos e estratégias adequadas que assegurem a aprendizagem significativa e efetiva dos alunos.

Concluindo, o trabalho com projetos em sala de aula dá a oportunidade de ampliar as possibilidades de construir o conhecimento de forma mais global, tendo como principal foco a aprendizagem significativa. Permite também, uma avaliação processual do desenvolvimento escolar dos alunos envolvidos e da reflexão permanente sobre a prática pedagógica, numa perspectiva de trabalho coletivo entre professores, alunos e comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ARAÇUAÍ. **Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque**. Araçuaí-MG, 2013.

BARBIER, Jean. M. **Elaboração de projectos de ação e planificação** . Porto: Porto Editora, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

FREITAS, Ivânia Paula. Educação na perspectiva do Desenvolvimento Humano Sustentavel no Semi-Árido Brasileiro. (Palestra). In: **Anais do Seminário de Educação e Contemporaneidade – A nova Ordem Mundial**. Salvador, UNEB, 19 a 21 de novembro de 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. SP: Paz e Terra, 2011.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança na educação e projetos de trabalho**. PortoAlegre: ArtMed, 2000.

HERNÁNDEZ, F. & VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

JOLIBERT, J. **Formando Crianças Leitoras** v.1 Porto Alegre: Artes Médicas, 1994

MEDRADO, Carlos Henrique de S. (2012) **Prática pedagógica em classes multisseriadas**. Entrelaçando · Nº 7 · V. 2 · Ano III (2012) · p.133-148 · Set.-Dez · ISSN 2179.8443.

MOURA, Merciana Vidal; SANTOS, Fábio Josué Souza dos. **A pedagogia das classes multisseriadas: Uma perspectiva contra-hegemônica às políticas de regulação do trabalho docente.** 2012. Disponível: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-05-2013.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. **Pedagogia de projetos: fundamentos e implicações.** In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; MORAN, José Manuel (Org.). Integração das tecnologias na educação. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005. cap. 1, artigo 1.1, p. 12-17. Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto>. Acesso em: 01-07-2013.

\_\_\_\_\_. Projeto Base/ - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade.** 2010.44 p.: Il.—(Programa Escola Ativa)

\_\_\_\_\_. **A relação entre planejamento- Plano-Projeto.** Disponível: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-05-2013.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da Silva – UFU. **Planejamento: Concepções** Disponível: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-05-2013.

VEIGA, Ilma Passos **A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico.** In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998

VEIGA, Ilma Passos A. **A prática pedagógica do professor de Didática.** Campinas, SP: Papirus, 1989.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.

## **ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**MARLUCE OLIVEIRA SANTOS  
VALDETE ALVES DE PASSOS**



## **ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....                                   | 03 |
| 1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....                   | 04 |
| 2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....                  | 06 |
| 2.1. Estrutura Organizacional Administrativa ..... | 06 |
| 2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica .....     | 07 |
| 3. CURRÍCULO .....                                 | 08 |
| 4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....                | 10 |
| 5. PROCESSOS DE DECISÃO .....                      | 12 |
| 6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....                      | 13 |
| 7. AVALIAÇÃO .....                                 | 15 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                         | 17 |
| REFERÊNCIAS .....                                  | 19 |

## INTRODUÇÃO

Hoje se tem discutido muito sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, levando em consideração a participação democrática. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996) determinou que, dentre as incumbências dos sistemas públicos, estes deveriam definir as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Segundo Azevedo (2010), as escolas foram estimuladas pelo governo Fernando Henrique Cardoso a criar o seu Projeto Pedagógico e acrescenta:

O processo de construção e implementação do projeto político pedagógico, como instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais; a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos (AZEVEDO, 2010, p.2)

Neste sentido, é necessário que a construção ou implementação do PPP, seja feita com a participação de todos, devido às transformações econômicas, políticas e culturais, respeitando as especificidades de cada escola. Diante disso, o presente documento apresenta o histórico da Escola Municipal São Roque.

A Escola Municipal São Roque está localizada na zona rural, Comunidade denominada São João Setubal a 16 km da sede do Município de Araçuaí. Fundada em 11 de Maio de 1977, recebeu esse nome em homenagem ao Santo, permanecendo com o mesmo nome desde sua fundação. Até chegar ao endereço atual, funcionava em uma casa cedida pela comunidade e também na Igreja local. Em 1986, os moradores tiveram participação ativa na construção da nova escola, uma vez que foi a realização de um sonho.

Contudo, os alunos são filhos de agricultores familiares, que muitas vezes devido à seca e a falta de emprego, são obrigados a migrar para outras regiões, deixando a responsabilidade dos filhos para mães ou avós. As famílias são pessoas simples do campo, algumas analfabetas, mas que preocupam em dar uma boa educação aos seus filhos. A escola atende 18 alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, turno matutino, distribuídos entre dois professores, por ser número reduzido de alunos, atendidos em turmas multisseriadas. Souza, (2012) afirma que

no cenário de concentração da propriedade e a migração campo-cidade, devido os processos de expropriação no campo e de atração para o trabalho nas cidades, surgiu o fechamento e nucleação de escolas, sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares.

Por fim, o Projeto Político Pedagógico da escola visa uma educação voltada para o mundo das descobertas, compartilhando junto à equipe de educadores que sonha em realizar uma educação de qualidade, tendo como objetivo possibilitar a construção da identidade do aluno a partir das relações socioculturais, de forma autêntica, consciente e contextualizada.

É alicerçado nos princípios normativos da legislação vigente, sem esquecer o compromisso com a busca de uma educação mais igualitária e mais justa oferecida a todos os alunos contribuindo, decisivamente, para a melhoria da qualidade de atendimento educacional. De acordo com Oliveira (2010) o PPP da escola, deve ser o seu retrato, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deve expressar o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Para Souza (2010), também, o planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político pedagógico.

## **1 - FINALIDADES DA ESCOLA**

Na sociedade moderna, dado a urbanização, às mudanças tecnológicas, é necessário adequar às mudanças ocorridas, definir os objetivos atuais e as finalidades, conforme o contexto em que a escola esteja inserida. De acordo com Kaloustian (2005), todos os profissionais da escola são importantes para a realização dos objetivos do projeto pedagógico. A Escola Municipal São Roque busca formar alunos capazes de conviver em sociedade, cumprindo os seus deveres, como também respeitando os direitos do seu semelhante. Adaptar às mudanças atuais, sendo também autores de novas descobertas. Preparar alunos para enfrentar os problemas sociais do dia a dia, decorrido das profundas transformações do mundo globalizado e assegurar a todas as crianças da comunidade local, em idade escolar, o direito a uma educação de qualidade, conforme metas e finalidades estabelecidas pelo sistema de ensino. Neste sentido, Dourado (2010, p.3) afirma que:

Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, 2010, p. 3).

De modo geral, ao construir o seu projeto pedagógico cada escola também estabelece as suas finalidades. No entanto, a dimensão pedagógica deve ser identificada como prioridade, de forma a garantir a qualidade de um processo educativo sintonizado com as demandas e as necessidades das próximas décadas. Sendo assim, constitui resultado de uma construção coletiva, democrática e contínua, com o compromisso de todos na busca da qualidade.

A referida escola propõe uma educação de qualidade voltada para atender às necessidades da população rural em idade escolar, estimulando a busca de alternativas para a arte de educar, propondo força de caráter, respeito, integração e inovação. Tendo como princípio básico trabalhar em parceria com o colegiado, comunidade e entidades visando programas e projetos de melhoria da qualidade do ensino aprendizagem. O compromisso maior é com a formação humana e transformadora, priorizando o conhecimento e o senso comum, para que surjam alunos críticos e de participação ativa nas comunidades. Como também o de envolver a família no dia a dia da escola, para que a mesma participe e tome conhecimento da importância da educação dos seus filhos. Dourado (2010) reconhece que o meio familiar influencia na vida escolar do aluno e acrescenta:

De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos (DOURADO, 2010, p. 13)

Neste contexto as especificidades das escolas situadas no campo, precisam ser levadas em consideração, em todos os aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, conforme o artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996). As concepções que orientam o processo de ensino aprendizagem da Escola Municipal São Roque resumem-se em concepções de mundo, de sociedade, de educação, de educação do campo, de inclusão e de cultura. As escolas situadas no campo necessitam de atendimento diferenciado, por

atender grupos de alunos específicos. A maioria são turmas multisseriadas, faltam transporte escolar, água, material didático e muitas vezes até a merenda.

A escola estabelece como finalidade da educação a formação das competências básicas como meio de efetivação da cidadania em suas múltiplas facetas, a construção da identidade cultural, o desenvolvimento da consciência moral e a preparação para o mundo do trabalho. De modo geral, buscam criar condições que garantam a todos o desenvolvimento das capacidades e aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade.

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Segundo o dicionário Aurélio a palavra “estrutura” quer dizer aquilo que é, ou foi construído. No entanto, em uma escola também a sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica precisam ser construídas em bases sólidas. Dada a sua importância, apresentamos a seguir:

### **2.1. Estrutura Organizacional Administrativa**

A escola foi construída há quase trinta anos, mas ainda possui infra-estrutura adequada básica para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Contudo, não está adaptada para deficientes físicos e está necessitando de alguns reparos. A escola é composta de duas salas de aula, dois banheiros e uma cantina, está situada numa área natural com espaço para recreação. Essa área é aberta à comunidade para cultos e festividades. Como não possui biblioteca, na sala de aula, foi organizado um cantinho de leitura. O próprio pátio é destinado ao desenvolvimento de atividades físicas.

Quanto aos recursos físicos, as salas de aula contam com carteiras, mesa para o professor, armários de aço para organização dos materiais pedagógicos. No entanto, faltam recursos úteis como computadores, datashow, aparelho de DVD, televisão, ventiladores e cortinas. A escola não está conectada à internet e também não possui laboratório de informática. Enfim, os equipamentos e mobiliários, são o mínimo necessário pertinente ao nível de ensino ofertado.

Os recursos financeiros destinados à escola são gerenciados pela Prefeitura que é responsável por licitar, comprar e prestar contas do recurso adquirido pelo

PDDE. Portanto a escola não tem gerenciado recursos e por isso, não tem uma caixa escolar.

Em seu quadro de profissionais, atuando na própria escola, há duas professoras, ambas contratadas e graduadas em Pedagogia, uma servente escolar efetiva que cuida da limpeza e da preparação dos alimentos. Ainda conta com o apoio dos gestores da Secretaria Municipal de Educação, diretor, pedagogo, nutricionista, assistente de serviços escolares, todos habilitados em Curso Superior na área. Para Cury (2010), em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais de ensino com sólida formação básica, seja educação continuada, presencial ou à distância.

Em 2012, os professores participaram de Cursos de Aperfeiçoamento a distância, como educação inclusiva, Educação e Saúde, Educação Indígena e outros. A Superintendência Regional de Ensino promoveu capacitações juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. A última também promoveu Seminários de Educação Inclusiva e Capacitações do Programa Escola Ativa. Em 2013, foi implantado o PACTO - Programa Alfabetizando no tempo certo, em fase inicial, já promoveu capacitações para os professores dos Anos Iniciais.

## **2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica**

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Segundo Cury (2010), por este direito ser garantido por lei, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Dessa forma a E.M. São Roque busca a efetivação desse direito, garantindo a todos os alunos que completam seis anos de idade até 31 de março a se matricular no 1º Ano do Ensino Fundamental e assim sucessivamente. Por se tratar de classe multisseriada, o número máximo de alunos atendidos por cada turma é de aproximadamente 10 alunos, que são agrupados em uma turma do 1º e 2º ano e outra do 3º, 4º e 5º ano e atendidos por duas professoras que são responsáveis por todos os conteúdos, em cada turma de alunos.

Os encontros pedagógicos para elaboração do planejamento acontecem bimestralmente, contam com a participação do diretor, pedagogo e todos os professores das escolas denominadas “Menores” que são localizadas no campo, com turmas multisseriadas dos anos iniciais. As discussões coletivas se baseiam no

cotidiano da sala de aula e buscam trabalhar as dificuldades encontradas no dia a dia. Depois os grupos de professores são divididos por escola e sob orientação da pedagoga, cada qual elabora o seu planejamento, de acordo com o CEALE - Centro de alfabetização, Leitura e Escrita e com as Matrizes Curriculares do PIP (Programa de Intervenção Pedagógica).

As professoras trocam experiências entre si, discutem sobre assuntos relacionados ao cotidiano escolar, sobre o processo ensino aprendizagem, nos encontros e em finais de semana. Dessa forma as reuniões acontecem casualmente, ou conforme a necessidade, sem definição de um calendário de reuniões internas. Cada qual elabora o seu planejamento semanal ou diário. Entre elas existe a troca de atividades, de material pedagógico, onde cada qual segue seu planejamento elaborado e a realidade/perfil de cada turma.

A pedagoga e diretora atuam na Secretaria Municipal de Educação atendem aos professores na secretaria, como também fazem visitas à escola e comunidade. Por ser também responsáveis por mais dezoito escolas menores, as visitas acontecem bimestralmente. Conforme a necessidade, ou quando são convocadas pelas professoras, as reuniões acontecem imediatamente, para resolver assuntos pedagógicos, mudança em horário de funcionamento, entre outros.

Em 2013, foi implantado o Programa de Intervenção Pedagógica, que está em fase inicial, é formado por um grupo de três pedagogas, que pretendem fazer acompanhamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem. O programa tem como principal objetivo fazer com que toda criança com até oito anos saiba ler e escrever.

### **3- CURRÍCULO**

Para Amaral (2011), a palavra *currículo* se origina do latim curriculum que significa “corrida”, sugerindo um percurso a ser seguido pelos alunos. A própria escola tem autonomia para elaborar suas próprias diretrizes curriculares desde que esteja de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais. Segundo Lopes (2006), dependem da forma de organização e da estruturação curricular, do planejamento do currículo que engendram mecanismos de controle do trabalho docente e discente, para garantir a eficácia e a eficiência do sistema de ensino.

De modo geral, os professores das escolas multisseriadas do campo precisam ser criativos para lidar com determinadas situações, pois além de professor, exercem também outras funções, como evidência, Souza (2012):

Em torno de 50% das classes são multisseriadas nas escolas localizadas no campo e, em muitas delas, o professor acumula funções de coordenador pedagógico e gestor. Por conta disso, ele tem pouca oportunidade de participar de grupos de estudos e demais processos de formação continuada. (SOUZA, 2012, p.8)

Em se tratando dos estudantes do campo, o mesmo autor, destaca que vários fatores influenciam na distorção idade-série, como: distância de casa à escola; inexistência de escola; migração de um município para outro; repetência; calendário escolar em divergência com as necessidades de trabalho na agricultura, entre outros. É preciso que ocorram mudanças nos métodos de ensino e estabeleçam novas estratégias que assegurem os alunos mais tempo nas escolas.

A referida escola e a Secretaria Municipal de Educação adotam as diretrizes como modelo federal e estadual. No entanto, com o objetivo de defender a concepção de escola do campo com turmas multisseriadas, foram feitas algumas alterações, procurando atender a realidade da escola conforme a sua especificidade.

Neste contexto, foi adotada a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tendo como objetivos: melhorar a educação das escolas do campo com classes multisseriadas, fortalecer as propostas pedagógicas e metodológicas adequadas, realizar formação continuada para os professores e fornecer material pedagógico aos alunos. Todos os conteúdos dos livros são organizados em forma de trabalho interdisciplinar. As atividades estão relacionadas à convivência com a vida do campo, o professor também tem autonomia para desenvolver outras atividades. Eles foram capacitados para fazer uso do material didático utilizado, que é destinado exclusivamente para alunos do campo e cada professor e cada aluno, recebe um kit de livros. As disciplinas são trabalhadas em forma interdisciplinar, com todos os conteúdos no mesmo volume. É uma forma de facilitar o trabalho do professor, no que diz respeito à classe multisseriada, sendo que alguns temas podem ser trabalhados com todos os alunos juntos, independente do ciclo.

Os principais temas transversais como meio ambiente, ética, saúde, pluralidade cultural são trabalhados de forma interdisciplinar. São desenvolvidos através de projetos e eventos relacionados a datas comemorativas como aniversário

da cidade, festa junina, folclore, dia da criança, Natal e outros. A festa junina é aguardada a cada ano pelos alunos, na escolha das roupas, dos pares, das comidas e brincadeiras, sempre com a participação das famílias. Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu artigo 7º, parágrafo 2º estabelece que:

As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (BRASIL, 2002, p.2)

Com o desenvolvimento de projetos e aulas práticas, o aluno do campo se torna capaz de conviver em sociedade, respeitar a natureza, se adaptar às mudanças atuais, estar preparado para enfrentar os problemas sociais do mundo contemporâneo. A escola busca uma formação para a vida, muitos desses alunos, na realidade, não concluirão o Ensino Médio, sendo essa a única formação escolar recebida.

Finalizando, destacamos que mesmo havendo demanda, a escola não oferece educação em tempo integral, um dos motivos é a falta de recursos e cobrança dos mais interessados, que são as famílias. Por não haver demanda não existe também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Nesses dois aspectos, ainda não há previsão para implementação.

#### **4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Sendo a escola uma instituição, torna-se necessária a organização do tempo e espaços utilizados no cotidiano escolar. Para Cavaliere (2007) a organização do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Assim, destaca dentre os meios de organização do tempo social o tempo de escola, que tem sido um pilar para a organização da vida e da sociedade em geral.

O espaço escolar é o lugar apropriado para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Nesta escola, as professoras procuram desenvolver atividades em diversos espaços além da sala de aula, como aos arredores da

escola, conhecido popularmente como “terreiro” onde acontecem as brincadeiras de roda, jogos de futebol e aulas de Educação Física, por não possuir espaço apropriado. No campo acontecem os passeios ao ar livre, que é usado para desenvolver projetos, estudos sobre a vida das plantas, dos animais e outros.

Na concepção de trabalho, o planejamento de ensino é essencial, considerado um guia na realização do trabalho docente, desde a escolha do material pedagógico, atividades propostas, tempo e espaços disponíveis e objetivos a serem alcançados. O planejamento se torna uma das atividades mais importantes do trabalho do professor, por direcionar metas a serem atingidas. Nesse aspecto, escola realiza o seu planejamento bimestral, juntamente com a pedagoga, e conseqüentemente os professores elaboram o seu plano de aula semanal ou diário, também com ações e metas a serem atingidas.

No âmbito da legislação, a LDB n. 9.394/96 possibilita que os gestores das escolas do campo definam calendário e processo pedagógicos próprios. Assim, a E. M. São Roque com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação elabora o seu calendário escolar a cada ano. Ele é organizado em bimestres, composto dos eventos para o período escolar, como início e término do período letivo e ano escolar, período de matrícula, estudos orientados, período de atividades escolares, feriados, férias e recesso. O calendário da escola é organizado de forma diferenciada do calendário das escolas urbanas, finalizando o período escolar mais cedo, devido o período de chuvas.

As turmas funcionam no turno da manhã no horário de 07h00min às 11h15min. Cumprindo o estabelecido em lei, o estudante terá direito a um mínimo de 200 dias letivos e carga horária de 800 horas anual. A carga horária do professor é de 25 horas semanais, sendo que 5 horas são destinadas a planejamento e reuniões. O recreio diário é de 15 minutos.

Com intuito de enfatizar o desenvolvimento integral dos educandos é oferecido o regime de ciclos, sendo organizados em Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização. Na referida escola, o atendimento se divide em duas turmas multisseriadas do 1º, 2º e 3º anos e do 4º e 5º anos. Para Freitas (2004) os ciclos se diferem da progressão continuada, pois propõem alterar os tempos e os espaços escolares de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola.

## 5- PROCESSOS DE DECISÃO

Para Gonçalves e Carmo (2001), tomada de decisão é um ato que exige firmeza ou coragem na resolução do problema, objetivando conquistar resultados positivos tanto pessoais quanto econômicos. Na Escola Municipal São Roque, o processo de escolha do diretor se dá através de indicação e por ser um número reduzido de alunos, não possui um diretor exclusivo e nem vice-diretor.

Sendo necessário atender várias escolas, o diretor atua na Secretaria Municipal de educação, assim, devido à sua ausência, muitas vezes os professores precisam tomar decisões imediatas, na escola. As decisões de ordem administrativa são tomadas, em sua maioria, pela Secretaria Municipal de Educação. As decisões financeiras são também tomadas pela secretaria citada e/ou prefeitura local, que são responsáveis pelos recursos adquiridos, diante do levantamento das necessidades da escola. Essas necessidades são levantadas pelo Colegiado e a compra de material permanente, pedagógico, reforma ou construção é realizada. Os problemas imediatos ou considerados pequenos o professor busca solucionar até que chegue ao conhecimento dos órgãos competentes.

As decisões de ordem pedagógica são analisadas e tomadas juntamente com o diretor, pedagogo, professores e se necessário, o colegiado que é formado por pais, profissionais da escola e da Secretaria Municipal de Educação. Souza (2010) apresenta a ideia de gestão democrática:

[...] o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas a desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p. 1)

Para a democratização do sistema é fundamental a organização dos instrumentos como Conselho Escolar, Colegiado, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil e outros. Segundo Souza (s.d), o Conselho de escola é a organização que coordena a gestão escolar. É responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia a dia da escola, tanto no campo pedagógico, administrativo e financeiro.

A escola possui o mecanismo que faz parte da gestão democrática, que é representado pelo Colegiado que é um órgão representativo da comunidade escolar,

com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa, financeira e de fundamental importância para a comunidade escolar.

Ele é presidido pela diretora da escola, formado por profissionais da escola em exercício e pais de alunos. Estes membros são escolhidos pela comunidade escolar por meio de eleições para um mandato de dois anos. As reuniões do Colegiado acontecem bimestralmente, com a comunidade escolar para organizar algum evento, resolver questões referentes à aprendizagem, mudança de horário e outros. Quando necessita tomar decisões imediatas o colegiado é convocado em reuniões extraordinárias. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no artigo, 10º, estabelece que:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14º da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.(BRASIL, 2002,p.2)

Gonçalves e Carmo (2001), afirmam que em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas a escola podem se fazer representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Em consonância, nesta escola, as decisões são tomadas depois de discutidos os problemas, levando em consideração o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, com o objetivo de buscar melhores soluções

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Em qualquer ambiente de trabalho as funções são definidas de acordo com os papéis que cada um exerce, sendo de suma importância o que cada qual desempenha. Neste sentido, em uma escola também não é diferente, para cada ator escolar é definida uma função, que é aliada às outras funções, formando uma corrente.

Esta escola conta com duas turmas multisseriadas com dezoito alunos ao todo. A relação entre aluno-aluno, professor-aluno, é de muito respeito, o trabalho constante em grupos facilita esta troca de experiências, tornando-se indispensáveis. É nesse espaço que o professor observa seus alunos, suas conquistas e dificuldades. O ambiente de sala de aula é visto como um espaço de trabalho

estimulante, acolhedor, organizado e alegre. As professoras que atuam na sala de aula são bem aceitas pelos alunos e comunidade, possuem um bom relacionamento entre si. Uma é moradora da comunidade, conhece os costumes e dificuldades das famílias, possui um bom relacionamento com todos. Uma servente escolar cuida com capricho da limpeza e preparação dos alimentos. Atuando de forma indireta na Secretaria Municipal de Educação, conta com diretora e pedagoga, que respectivamente são responsáveis pela área administrativa e pedagógica. Além disso, uma assistente de serviços escolares cuida das matrículas e históricos. Estes gestores possuem um bom relacionamento com a comunidade escolar e local.

Para Cury (2010) a elaboração das regras internas da escola devem incentivar as formas dialógicas como forma de superação de tensões e conflitos, esgotando-se todos os recursos pedagógicos antes de se aplicarem eventuais sanções disciplinares. Como em qualquer outra escola, a E M. São Roque, não está isenta de situações de conflitos, (entre aluno-aluno, professor-professor, professor-gestão), e problemas que surgem no dia a dia. Devido à ausência do gestor na escola, a maioria dos problemas são solucionados pelas professoras. Quando os problemas se referem ao planejamento, à metodologia de ensino, ao currículo, à indisciplina de funcionários, ou outros problemas mais graves, estes são levados ao conhecimento do Colegiado Escolar ou direção. Para resolver situações de conflitos, a direção ou colegiado, convoca as pessoas envolvidas levando em consideração o(s) problema(s) em questão, que são discutidos em um clima de respeito, em busca da melhor solução. Japecanga (s.d) enfatiza que para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização dos seguintes elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado, a diminuição da divisão de trabalho, a eliminação do binômio dirigente/dirigido e a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões.

Cury (2010), afirma que a escola não é, por natureza, local de violência. Deve ser o lugar onde os conflitos se resolvem pela palavra. Assim, é considerada tranquila as relações de trabalho nesta escola. Todos os envolvidos diretamente ou indiretamente na execução do processo de desenvolvimento das atividades na escola, exercem suas funções comprometidos com as incumbências a eles confiados.

## 7- AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem e institucional são elementos que fazem parte do processo de gestão democrática dentro da instituição. A primeira é considerada um acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem, em um processo contínuo, analisando os avanços e dificuldades dos alunos, sugerindo aos educadores da escola uma reflexão crítica sobre o seu trabalho desenvolvido no cotidiano da escola. A segunda avalia o trabalho da escola como um todo, incluindo os aspectos mediadores do processo pedagógico.

Para Souza (2005), a avaliação da aprendizagem identifica em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos, e indica as razões desta proximidade ou distanciamento, permitindo um planejamento mais preciso. Para Souza (2010) a avaliação institucional permite a ampliação do controle social, quando a escola pensa sobre si, avalia o conjunto dos elementos e ações que o constituem, expõe a sociedade, permite que esta acompanhe e avalie o seu desempenho.

De acordo com o Regimento Escolar da E.M. São Roque, a avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, utilizando exercícios e provas para identificar o desenvolvimento do aluno. Durante todo o ano, serão distribuídos cem pontos, para cada disciplina. No final de cada bimestre os pais ou responsáveis, são convocados a comparecer a escola para receber o boletim escolar, onde são registrados os conceitos em todas as áreas de conhecimento:

- A - (Excelente) alcançou com êxito os objetivos de estudo que corresponde 80% a 100% de aproveitamento.
- B - (Bom) alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo que corresponde 60% a 70% de aproveitamento.
- C - (Regular) alcançou parcialmente os objetivos de estudo que corresponde 0% a 50% de aproveitamento.

Os pais são orientados pelos professores ou supervisor pedagógico, sobre o desenvolvimento de aprendizagem do aluno. A aprendizagem de cada aluno é avaliada qualitativamente e quantitativamente, por meio de exercícios, provas e outros instrumentos, ao final de cada bimestre.

Para Souza (2010) a avaliação de aprendizagem adquire especial relevância, uma vez que não pode constituir-se unicamente em forma de verificação do que o aluno aprendeu. E acrescenta:

Estabelecer critérios mais, ou menos, rigorosos de avaliação não é tarefa difícil. Difícil é saber trabalhar com os resultados obtidos, de modo a constituir instrumentos de análise que permitam intervir no processo de ensino aprendizagem no momento mesmo que ele está ocorrendo. (SOUZA, 2010, p. 2)

A escola oferece o estudo de recuperação a todos os alunos, sempre que o educador notar deficiências no processo ensino aprendizagem. Se ao realizar o instrumento de avaliação proposto pelo educador, o aluno não conseguir atingir 60% (sessenta por cento) de aproveitamento, o educador oferecerá atividades diferenciadas sobre os conteúdos estudados anteriormente. Após este estudo, oferecerá outro instrumento de avaliação, distribuindo a mesma nota anterior, prevalecendo a maior nota atingida pelo aluno. Caberá ao professor lançar o aproveitamento do aluno no diário de classe, considerando aprovado ou recuperado na disciplina, o aluno que alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) de aproveitamento e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

Além disso, as avaliações externas são utilizadas pela escola, que medem o desempenho dos alunos em algumas habilidades, já está bastante consolidada no Brasil e Minas Gerais. Aos alunos do 5º ano é aplicada a Prova Brasil. Os resultados das avaliações são divulgados a toda a sociedade, mas não há nota individual por aluno. O Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) é uma avaliação de Língua Portuguesa aplicada aos alunos do 2º, 3º e 4º ano dos anos iniciais, através de amostra ou do censo escolar. Com o objetivo de verificar os níveis de leitura e escrita dos alunos e a necessidade de intervenção pedagógica. Além de medir o desempenho escolar, o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) coleta informações sobre as condições físicas da escola e equipamentos e as características dos alunos, professores e diretores.

Na escola acontece a avaliação institucional, ao final de cada semestre letivo, através de questionários elaborados pelo colegiado escolar com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação que são aplicados aos pais, alunos e comunidade local. O principal objetivo é avaliar as ações desenvolvidas, o processo ensino aprendizagem, gestão democrática, condições físicas da escola, corpo docente e

funcionários em geral. Os resultados da avaliação permitem à escola, corrigir as lacunas e aprimorar a educação oferecida pela escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque, situada no campo, traz uma reflexão sobre as desigualdades sociais e os desafios que os educadores enfrentam para possibilitar aos alunos de classes multisseriadas do campo, uma educação mais igualitária e mais justa. Além disso, também enfrentam o desafio de preparar alunos para adaptar às mudanças atuais, decorridas das profundas transformações do mundo, e formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres.

O documento está baseado em artigos relacionados ao assunto, onde os autores refletem sobre a necessidade da construção e implementação do PPP nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão democrática dentro da instituição. Também foi analisado as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2002. Este documento foi considerado um avanço nas lutas por uma educação do campo igualitária e mais justa, mas ainda falta cumprir tudo que foi instituído em lei.

Neste contexto, a Escola Municipal São Roque, como tantas outras situadas no campo, necessitam de atendimento diferenciado, por atender grupos de alunos específicos. É preciso maiores recursos na formação de educadores do campo, para trabalhar com classes multisseriadas, que exigem do educador criatividade para lidar ao mesmo tempo com diversas situações de aprendizagem, com o mínimo de recursos físicos e didáticos oferecidos. Como também são necessários maiores investimentos em políticas públicas, para assegurar os agricultores familiares condições de se manterem no campo, diminuindo assim, o êxodo rural.

Para encerrar, destaca-se que este documento precisa ser lido, discutido, consultado por todos os profissionais de ensino, pelo colegiado e pais, sempre que for necessário. A sua reformulação poderá ser feita a qualquer momento, desde que esteja contribuindo para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Lúcia (org); DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; COSTA, Tânia Margarida Lima. **Conhecimentos pedagógicos: currículo**. Belo Horizonte, UFMG, Faculdade de Educação, 2011.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ es/ v28n100/ a1828100.pdf.> Acesso em 10-02-2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg. > Acesso em 24-02-2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 28-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional: elementos para discussão.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em. 28-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em 25-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Território e Lugar: espaços da complexidade.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em 25-02-2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Século XXI, versão 3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2004 – 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br).> Acesso em 15-02-2013.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>.> Acesso em 01-03-2013

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública** . Disponível em: <<http://www2.marilia.unes.br/revistas/index.php/> > Acesso em 14-05-2013

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em:< <http://www.org.curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>.> Acesso em 20-02-2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg).> Acesso em: 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços - 2010.** Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg).> Acesso em 14-02-2013.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 01-03-2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Níveis do planejamento educacional**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional**:: A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 02-03-2013

SOUZA, Maria Antônia, **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012  
Disponível em :<http://www.cedes.unicamp.br.> Acesso em 12-04-2013.